

01/09 - 22:54

Sem crescimento forte o Brasil também é vulnerável socialmente

Nesta segunda-feira, a UFRJ recebe especialistas de várias partes do mundo para debater desenvolvimento e volatilidade. O seminário pretende fazer um balanço crítico das iniciativas para resgatar o compromisso com a redução sustentável da pobreza e a eliminação da fome até 2015, conforme compromisso assinado com a Organização das Nações Unidas (ONU). Para a economista Lena Lavinas, do Instituto de Economia da UFRJ e que será uma das palestrantes, é urgente oferecer alternativas ao Consenso de Washington, não apenas no que tange à proteção externa das economias em desenvolvimento, mas também para combater o que chama de vulnerabilidade social interna.

"Não temos mais um proletariado, mas um precariado", diz, nesta entrevista exclusiva, chamando a atenção para o elevado grau de informalidade nas economias emergentes, sobretudo no Brasil: "Os sistemas de proteção social hoje não são capazes de oferecer alternativas que reduzam o risco de incertezas e melhorem o grau de bem-estar dos indivíduos", critica a economista.

O Brasil acumulou reservas, pagou parte da dívida externa, mas muitos dizem que continuamos vulneráveis por causa da plena conversibilidade do dólar. O tema será abordado no seminário?

Sem dúvida nenhuma, porque estamos tentando discutir a questão do financiamento ao desenvolvimento. Por isso, é importante identificar os mecanismos que podem ser colocados à disposição dos países no âmbito nacional, de suas políticas econômicas, que possam reduzir o grau de exposição externa. Mas acho que a vulnerabilidade deve ser olhada também por uma outra ótica: a da precarização do emprego; da retração do grau de cobertura social; da adoção de mínimos sociais, sobretudo nos países em desenvolvimento; a dos benefícios previdenciários, cuja média vem caindo; dos sistemas de saúde, que não são completamente universais; das mudanças demográficas, que não vêm sendo acompanhadas de uma redefinição das políticas sociais; da dimensão universalista da Previdência Social, que vem sendo colocada em cheque.

A Unctad esta semana divulgou estudo criticando o câmbio livre e as políticas contracionistas, citando o Brasil como exemplo negativo. Está começando a haver uma mudança de paradigma em substituição ao do Consenso de Washington?

Não sei se a mudança já está em curso, mas hoje temos um conhecimento acumulado muito maior. Até porque já se passou tempo suficiente para que pudéssemos constatar os efeitos das políticas que foram fruto desse consenso. Por exemplo: mudanças no sistema de Previdência na América Latina, com escolhas dos pilares complementares integralmente privatizados. Já vimos que isso tem levado a uma redução dos benefícios médios e à redução da cobertura. São efeitos que trazem aumento de vulnerabilidade, risco, e sobre os quais já existe conhecimento acumulado para poder mostrar que os efeitos não foram os esperados.

Os custos de transição, por exemplo, do sistema de Previdência são muito elevados. As assimetrias de informação são grandes e as pessoas não conseguem acompanhar tudo o que está acontecendo. Por esta razão, sabemos que já existem evidências empíricas incontestáveis de que aquilo que foi sugerido e anunciado dentro do Consenso de Washington não é verdadeiro. Acho que isso reforça nossa vontade de mudar esse mundo.

Há evidências também de que o crescimento equilibraria as contas da Previdência, mas a OMC pressiona pela liberalização dos serviços financeiros, que incluem a previdência privada. O que pensa sobre isso?

Hoje, existem duas grandes estratégias de privatização da Previdência em disputa. Uma delas defende alguns ajustes nos sistemas de repartição, como aumentar a idade piso para a obtenção da aposentadoria e a redução do valor médio dos benefícios. Do outro lado, está a corrente que puxa pela privatização, que estaria baseada em contas individuais, tanto do ponto de vista de um incentivo ao desenvolvimento de poupanças individuais, como pela criação, que é uma outra alternativa, de pilares privados compulsórios de contribuição. A chamada aposentadoria complementar compulsória, implicaria que as pessoas contribuíssem com determinado valor, por muito mais tempo. O que nós sabemos, porque os resultados iniciais já mostram, inclusive nos países do Leste Europeu nos quais essas reformas vêm avançando mais rapidamente, é que a instabilidade e os custos de intermediação financeira são muito grandes, bem como a gestão.

Quais as consequências disso?

Rompe com a solidariedade coletiva, porque são contas individuais. Muitas vezes os demais membros da família também não estão cobertos por esse sistema. Se há falecimento e o trabalhador não contribuiu por um determinado tempo mínimo, não há pensão. São, portanto, sistemas de proteção social muito mais restritos, fragmentados, de cobertura menor. Sabemos que, mesmo nos EUA, onde se diz que o sistema é privado, temos um modelo de repartição. Estudos recentes, de vários autores, mostram que o sistema lá é sustentável até

2048, não havendo nenhum problema, portanto.

E no Brasil?

No Brasil, não temos déficit. Ele é criado por um artifício atuarial, no qual são excluídas algumas fontes de financiamento da Previdência e vemos que, apesar do baixo crescimento, temos tido aumento das contribuições, inclusive porque as contribuições sociais tiveram suas alíquotas aumentadas, como a Cofins. O problema do Brasil, portanto, não é apenas de crescimento. Temos de pensar qual é o sistema de proteção social que queremos, entender que os benefícios para quem não contribuiu não são simples concessão, mas necessidade para que tenhamos estabilidade socioeconômica e um direito, porque temos de construir uma sociedade mais igualitária. Costumamos olhar os custos, mas não os benefícios que a universalidade do sistema de proteção social traz.

Concorda que o efeito dos aumentos reais do salário mínimo chegou ao fim, como diz o professor Marcelo Neri, da FGV?

Não. Quero ver evidências de que houve demissões em massa por causa do aumento do salário mínimo. Existem inúmeros estudos que vêm comprovando o impacto extremamente positivo do mínimo na redução da desigualdade. O próprio diretor aqui do Instituto de Economia da UFRJ João Sabóia fez vários estudos nessa direção e sabemos que há grande parcela dos trabalhadores cujo rendimento ocupacional é de uma fração do salário mínimo e sempre que sobe o salário mínimo essa fração também é reajustada. Sabemos que logo após o Plano Real houve grande redução da pobreza, não porque houve queda radical dos preços dos alimentos, mas, principalmente, por causa do ganho real do salário mínimo, próximo de 70%.

Se a participação do salário na renda nacional em relação ao PIB está estacionada, a redução da desigualdade, comemorada pelo governo, se deu entre os trabalhadores?

Nos países nórdicos, a massa salarial chega a 75% do PIB. O que vemos é que o aumento do emprego formal é absolutamente insuficiente para fazer frente à demanda. Mais de 55% dos trabalhadores no Brasil estão na informalidade. Os empregos ofertados na maioria está abaixo de dois salários mínimos. Não temos mais um proletariado, mas um precariado. Se considerarmos que o pobre hoje é um trabalhador, que ganha salário mínimo, cujo cônjuge não pode trabalhar porque tem dois filhos e não há creche, esse trabalhador que ganha R\$ 350 é pobre, porque a renda per capita é R\$ 87. Ora, quem recebe hoje o Bolsa Família é pobre, porque ganha menos de R\$ 120. Portanto, como dizer que o salário mínimo não influencia na redução da pobreza?

Por que um empreendedor informal iria regularizar sua situação correndo o risco de perder o Bolsa Família? Esses programas estariam incentivando a informalidade?

Pelo contrário. Há dez anos estudo os programas de transferência de renda não contributivos e o que verifiquei foi que ele incentiva o trabalho, na medida em que uma renda regular permite que a pessoa busque novas alternativas para sua vida. Foi verificado entre as mulheres extremamente pobres, cujo benefício associado à frequência escolar dos filhos, permitiu aumento da taxa de atividade. Já foi provado, inclusive pelo Ipea, que uma transferência regular de renda aumenta a possibilidade de contribuição para o INSS também. Permite que as pessoas definam estratégias permanentes de trabalho.

Rogério Lessa
